

PORTUGAL NA *CHRISTIANA RESPUBLICA*

Por la Académica Correspondiente

Excma. Sra. D.^a Manuela Rosa Coelho de Mendonça*

Presidenta de la Academia Portuguesa da Historia

1.

Pensamos hoje, com frequência, o sentido da pertença ao continente europeu e, à força de nos acostarmos à “ideia” de Europa, quase nos parece natural que sempre assim tenha acontecido. Contudo, essa identificação com a “casa comum” foi diversa ao longo dos tempos. No caso concreto da Idade Média portuguesa, tal noção tem cambiantes, sendo certo que, até ao século XV, não se ia além de um sentimento difuso de um outro espaço, no qual havia diferentes povos com que era necessário estabelecer contactos e alianças. Pode dizer-se que o elo de ligação estava na sociedade que, consciente ou inconscientemente, se unia na mesma expressão religiosa, o cristianismo. E foi por esta marca que o ocidente se reconheceu, como atestam os mais diversos documentos. Os cronistas portugueses do medievo não utilizam nunca a designação “Europa”, mas sim a de “cristandade” e quando o Doutor João Teixeira apresentou, em 1485, a *Oração de Obediência* ao novo Papa, Inocêncio VIII, referia os “... notáveis serviços” prestados pelo “Rei João” à “República cristã e à Sé apostólica...”.¹

No princípio do segundo quartel do século XVI, ainda Garcia de Resende identificava o velho continente com a mesma designação, num âmbito geográfico que não ia além da península itálica e da Hungria. Este autor, ao falar dos problemas políticos dos reis do ocidente escreve, “El Rey Carlos de França fazendo a maior parte da Christandade liga contra elle...”² ou, mais especificamente, na Mis-

* Sesión del día 10 de febrero de 2009.

¹ *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Inocêncio VIII, dita por Vasco Fernandes de Lucena em 1485*, edição com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, 1988, p. 23.

² Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, nova edição conforme a de 1798, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, 2ª. Edição, 1992, p. 220.

celânea escrevia, “Quinze reis, quinze reynados/ vimos já na christandade... .. castelhanos e franceses/ Alemães, Venezeanos/ Navarros, Aragoneses/ Napolitanos, ingleses/ Romanos, Cezelianos/ Italianos, Millaneses/ Soyços, e Escorceses/ vimos todos batalhar/ huos com outros se matar/ salvo Ungros e Portugueses”³.

Contudo, quando Damião de Góis assentou a *Chronica del Rei Dom Emanuel*, entre 1558 e 1567, a noção de Europa como espaço comum e interrelacionado era já muito mais nítida. Com efeito, ao descrever os pareceres emitidos no Conselho que o monarca reuniu em Montemor-o-Novo para decidir a continuidade das navegações, explica que algumas opiniões eram contrárias ao retomar do avanço, pois que tal atitude “... havia de ser muito envejada de todolos Reis & republicas da Europa...”⁴. O cronista colocava então na boca dos intervenientes um conceito que certamente lhes seria desconhecido, mas que para ele, que escrevia mais de meia centena de anos depois, era já contemporâneo! Quer isto dizer que ia adiantado o século XVI quando a consciência do espaço geográfico se sobrepôs à identificação religiosa, ainda que a preocupação nas relações e a busca do equilíbrio político tivessem sido de todos os tempos.

Basta lembrar que, quando o rei Venturoso, depois da primeira viagem de Vasco da Gama, cerca de 1499, se decidiu pelo desenvolvimento dos contactos com o Oriente, procurou, antes de tudo, garantir paz e alianças com os outros reinos cristãos. E fê-lo em três vertentes: através das cartas que dirigiu a várias cortes, comunicando o seu propósito; por uma acção diplomática que levou a efeito junto dos seus pares; e através da política de aproximação que manteve com Espanha, num claro objectivo de viabilização de um projecto paralelo⁵.

Abria-se então uma outra época para a Península Ibérica! Mas certo é que esta nova orientação não se fez de costas para o velho continente. Ao contrário, ela foi de molde a atrair as diversas monarquias. E para ilustrar esta afirmação, basta recordar o empenho que, sobretudo a partir do século XVII, reinos como a Inglaterra, a Holanda ou a França puseram na ocupação e comércio das terras antes ocupadas pelos povos peninsulares. Nesta base podemos afirmar, com Joaquim Veríssimo Serrão que “se a génese dos descobrimentos foi estritamente peninsular, a sua irradiação europeia transformou-a numa empresa de resultados fecundos”⁶. De facto, o ocidente voltar-se-ia também para estes novos caminhos, buscando desenvolver uma actividade económica nos espaços abertos, o que permite afirmar que a vocação europeia da Península se materializara antes da concretização

³ Idem, *ibidem*, p. 355.

⁴ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a de 1566, Coimbra, 1949, p. 38.

⁵ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI*, Lisboa, 1993, p.143.

⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI*, Lisboa, 1993, p.60.

da sua vocação marítima e atlântica. Mas, concretizada essa vocação atlântica peninsular e abertos os caminhos para outras paragens, a Europa, ou melhor, o ocidente, procurou por todos os meios beneficiar das novas possibilidades.

E se seguíssemos agora, ainda que em traços largos, as linhas da história moderna e contemporânea, encontraríamos a mesma constante: os percursos dos reinos ocidentais, por referência permanente ao mar. No caso português diríamos assim:

Foi com D. Manuel, na aurora do século XVI, que se completou o processo de descobrimentos e conquistas no Atlântico. Do mesmo modo se chegou ao Índico. Portugal desenvolvia actividade numa dupla vertente: estabelecia a primeira ligação marítima directa entre o ocidente e o oriente, com partida e termo em Lisboa, instituindo a “carreira da Índia”; e lançava as raízes de uma cada vez mais acentuada presença no Brasil, depois da chegada oficial de Pedro Álvares Cabral àquele território americano, em 1500. D. Manuel via assim os limites da coroa portuguesa assentes em vastas e longínquas zonas.

E o reino iria desdobrar-se, estendendo a sua autoridade e acção a todos esses novos lugares. Mas a extensão ao longo da qual se situavam impunha diferentes formas de presença. A mesma, no entanto, sempre se moldou numa matriz latina e cristã, nessa aproximação a três mares e outros tantos continentes.

Por isso afirmamos que os novos espaços constituiriam também locais de transferência da cultura e civilização europeias, pois que a expansão marítima ibérica não pode dissociar-se do assento europeu em que teve a sua origem. As marcas geográficas e culturais dos seus mentores transferiram-se necessariamente para os novos espaços de influência. Naturalmente não diremos que neles foi inculcida a consciência de Europa, mas certamente poderemos afirmar que aí se fez sentir a matriz que moldara os novos ocupantes.

Mas não é este o caminho que pretendo seguir nesta conferência. Por isso, regressemos aos tempos da “christiana respublica”, para tentar recuperar as principais linhas de relação que, nela, Portugal desenvolveu.

Nascendo como Estado num desígnio concretizado pelo ritmo da reconquista, o reino luso haveria de se construir numa referência muito forte ao ocidente, no momento em que nas restantes cortes já se ensaiavam as políticas centralistas. Por isso, ao pensar os históricos caminhos portugueses, sempre os teremos que enquadrar nessas duas grandes linhas que se cruzaram na Península —a cruz e o crescente. O processo subsequente seria o fruto de outras tantas vertentes: a posição geográfica e a acção humana. Só dentro destes parâmetros será possível entender a relação de Portugal com Espanha e de ambos com o velho continente, onde ocupam a ponta mais ocidental.

2.

Recuando à época da recuperação da Península Ibérica pelos chamados reinos cristãos, na sequência da invasão e domínio muçulmanos, situemo-nos no século XII, para já poder falar do reino de Portugal, ainda que inserido no contexto peninsular. Desde logo se destaca a posição geográfica, com grande parte do espaço aberto ao mar. Se exceptuarmos os Pirinéus, única entrada terrestre para a restante Europa, encontramos um território aberto, a norte, ao Cantábrico, a leste ao Mediterrâneo e a sul ao Atlântico. A Portugal caberia uma fronteira a norte e a leste partilhada com Castela e Leão e a ocidente e a sul banhada pelo Atlântico. Significa isto que os grandes espaços limítrofes da Península Ibérica ficam voltados para o mar, o que explica que, desde sempre, o grande oceano se tornasse factor determinante na vida destes povos.

Assim, os reinos aqui organizadas apenas conseguiriam “atingir a maturidade política e afirmar uma existência segura, quando fossem capazes de, em cada momento, conceber e executar uma política externa autónoma”. Isto é, quando tivessem capacidade para determinar e defender, em seu benefício, uma forma de equilíbrio, não apenas em termos políticos, mas também económicos. Esta imposição, quase natural, levou os estados a voltarem-se instintivamente para o mar, como porta de saída para o exterior e como factor de subsistência para os povos. Por isso os monarcas da reconquista traçaram uma estratégia que se determinou pela necessidade de assegurar as ligações com o ocidente. Desse modo se deu prioridade à recuperação das grandes cidades portuárias, quer no atlântico, quer no mediterrâneo. Impunha-se libertar a costa marítima, sendo que os reinos se determinavam com a reconstituição de uma área de estuários essenciais. Por um lado, garantiam as comunicações entre duas partes da Europa: a do mar do norte e a do Mediterrâneo; por outro, abriam-se ao desconhecido de que o Atlântico era promessa. Numa circunstância ou noutra, o domínio da costa era essencial.

Desenha-se assim uma geopolítica peninsular concertada para um objetivo comum e também vital: as ligações ao exterior, que, no momento, não ia além da “cristandade”. Por isso, nunca será de mais repeti-lo, foi o mar que determinou os estados peninsulares na sua relação com o restante ocidente, ainda que, com uma dimensão sempre crescente, o Atlântico viesse a abrir portas de um mundo desconhecido, tanto a Portugal como a Espanha.

Por tudo isto, só entenderemos o processo político da Península Ibérica considerando quatro referências essenciais: Portugal, Espanha, a Europa e o Oceano. Referimos já que a única ligação terrestre ao restante ocidente se fazia pelos Pirinéus, mas o mar tinha outras portas. Parafraseando Ferdinand Braudel⁷, recordaremos

⁷ Cf. F. Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, 3ª. Edição, Paris, 1976.

que a Península se abria, pelos portos do norte, ao Cantábrico; por Barcelona se ligava a Itália e por Sevilha e Lisboa se escancaravam as portas do Atlântico. Por tudo isto, nunca a Península viveu isolada do restante ocidente, bastando lembrar a ajuda militar recebida no processo de reconquista, nessa cruzada tão importante à “república cristã”.

E, depois de esboçados os estados, continuamos a ver uma muito próxima relação política, marcada por alianças que, à boa maneira medieval, sempre foram seladas por contratos matrimoniais. No caso português poderíamos lembrar que o seu primeiro rei, D. Afonso Henriques, negociou casamento na Sabóia, procurando-o depois para os seus filhos em Castela, em Aragão e na Flandres. Os seus sucessores alargaram essas alianças à Dinamarca, a Bolonha, a França, à Alemanha, etc. Idêntica situação ocorria nos restantes reinos peninsulares. Quer isto dizer que, se a necessidade de alianças matrimoniais se impunha como decisiva no equilíbrio político da Península Ibérica, tal não excluía, antes supunha, o estabelecimento de outras negociações de compromisso com o restante ocidente, salvaguardada sempre a noção de que, até ao século XV, esse conceito não se estendia para lá da Península Itálica e do reino da Hungria. Para os contactos com essas paragens sabemos que os caminhos privilegiados passavam quase sempre pelo mar, numa aliança entre o Atlântico e o Mediterrâneo, que se tornou na estrada mais utilizada.

Por tudo isto se pode afirmar que, desde os primórdios, a necessidade de ligação à cristandade esteve presente na estratégia diplomática dos reinos peninsulares. E se é certo que a sua condição geográfica determinou o desenvolvimento de uma profícua actividade marítima, não é menos verdade que essa orientação não se fez de costas para a *christiana Respublica*, sendo a consolidação das relações com o ocidente muito anterior à concretização da gesta atlântica.

No caso português pode mesmo afirmar-se que essa aventura se iniciou como tentativa de resposta à grave crise económica e social vivida na Europa. O primeiro grande marco da expansão portuguesa foi Ceuta —cidade considerada símbolo da riqueza que o velho continente desejava.

Por tudo isto se torna muito clara a participação peninsular no destino comum de uma Europa em formação. Com ela se estabeleceram relações diplomáticas e económicas. Com ela se partilharam derrotas e vitórias.

3.

Contudo, nesse destino comum aos reinos peninsulares, o processo interno na relação entre si nem sempre foi pacífico. O equilíbrio de forças raramente

foi conseguido, pelo que, com frequência, se digladiaram. A coroar a paz tendeu-se sempre para as alianças matrimoniais, sendo que a proximidade das famílias reinantes criava novos focos de instabilidade, cujo desenvolvimento ultrapassou, por vezes, as fronteiras ibéricas, para se inserir no contexto mais vasto da política da “república cristã”. Tal aconteceu, por exemplo, no último quartel do século XIV, quando Portugal viu a sua independência ameaçada e teve de enfrentar Castela, numa guerra que só teria o seu epílogo na paz assinada em Medina del Campo, já no século seguinte. Este conflito não pode deixar de ser entendido no âmbito de outro confronto mais abrangentes: a guerra dos Cem Anos, que opunha França a Inglaterra, sendo Castela aliado preferencial daquele reino. A Portugal serviria o apoio de Inglaterra, que reivindicava o trono internamente usurpado em Castela aos descendentes de Pedro o Cruel e ocupado pelos Trastâmara. Daqui nasceria a mais antiga aliança portuguesa, numa época em que os poderes senhoriais se confundiam ainda com os processos de afirmação régia.

Na sequência do conflito, os monarcas portugueses da nova dinastia —a dinastia de Avis— receando as proximidades familiares que poderiam fazer perigar de novo a independência, levantaram, mais uma vez, os olhos para os restantes reinos cristãos do ocidente, intensificando as alianças estratégicas que, acompanhadas dos necessários matrimónios, se concretizaram em Inglaterra, Borgonha Aragão e Alemanha.

Volvido um quarto de século, a tendência natural para as relações de proximidade geográfica já havia recuperado a sua força. A partir de 1455 negociaram-se novos ajustes matrimoniais⁸, dos quais resultariam também conflitos, sendo o principal o que levou D. Afonso V de Portugal a reivindicar a coroa de Castela, na sequência da morte de D. Henrique IV, ocorrida em Dezembro de 1474. Neste momento da política ibérica também se jogou um xadrez de influências de outros reinos do ocidente, pois o monarca de Portugal julgou-se em sintonia com Luís XI, rei de França, em cuja ajuda acreditou. O projecto saldou-se por uma humilhação do rei português que teve o seu epílogo na paz assinada, em 1479, nas Alcáçovas e que seria ratificada, pelos Reis Católicos, no ano seguinte, em Toledo. Na assinatura desta paz jogava-se, para além do fim de uma guerra terrestre, o destino atlântico dos dois reinos, delineando-se, pela primeira vez, a partilha de um outro importante e definitivo espaço: o mar. Tal sucedeu porque os interesses dos dois beligerantes se haviam já transferido para novas áreas. Era o domínio do Atlântico que então se negociava para se impor à Europa.

⁸ Neste ano casou D. Joana, filha do rei D. Duarte, com D. Henrique IV, rei de Castela. Já em 1447 se realizara o casamento de D. Isabel, filha do infante D. João e neta de D. João I, com o rei D. João II de Castela. Do matrimónio nasceria Isabel, a futura Rainha Católica. Preferimos, no entanto, o casamento de D. Joana para o marco do restabelecimento das alianças por se tratar da filha do rei português.

4.

Pelas reflexões expostas fica muito claro que a relação da Península com o restante ocidente é tão antiga quanto a criação do próprio estado. Poderíamos mesmo dizer que lhe é anterior, considerando a acção dos cavaleiros francos no processo de reconquista e os modelos políticos então importados

Em jeito de conclusão, poderemos afirmar que, no ocaso do século XV, Portugal não apenas se abriu ao *ocidente*, mas, com ele, se apresentava ao mundo. Com a *crístandade* vivera em processos paralelos. Com ela acertara projectos políticos. Com ela desenvolvera quadros mentais e culturais, cujos modelos transferiu para as novas paragens.

O ocidente, não sendo considerado “a casa comum”, constituiu o espaço onde os seus povos se reconheciam numa mesma identidade religiosa. Só nessa medida podemos afirmar ter existido um sentimento de pertença.

Essa mesma ideia seria consagrada, no final do século XVI por Luís de Camões, ao colocar na boca de Vasco da Gama as seguintes palavras: “Não somos roubadores, que, passando/ Pelas fracas cidades descuidadas/ A ferro e a fogo as gentes vão matando/ Por roubar-lhe as fazendas cobiçadas;/ Mas, da soberba Europa navegando,/ Imos buscando as terras apartadas/ Da Índia, grande e rica, por mandado/ De um Rei que temos, alto e sublimado.”⁹.

Muchas Gracias!!!

⁹ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto II.

